

O Contato e o Afastamento¹

Jacques Lévy²

"E se o verdadeiro luxo fosse o espaço?"

(Publicidade, 1998)

Uma cidade é um lugar onde todas as coisas estão o máximo possível, próximas umas das outras. Para obter essa proximidade, construíram-se, por exemplo, os metrô. Num vagão de metrô, os passageiros que entram sucessivamente se instalam o mais longe possível uns dos outros. Com essas duas informações banais se resume o conjunto de relações referentes ao espaço presente nas sociedades humanas: o contato e o afastamento.

Uma pequena história do espaço

A história começa no Paleolítico. Os grupos humanos nômades vivem do extrativismo (a coleta, a caça, a pesca). A baixa eficácia dessas atividades predadoras os leva a percorrer vastas extensões. As densidades de população são, nessa altura, ínfimas, os encontros entre diferentes grupos são excepcionais, porém esse tipo de contato jogará um papel decisivo na difusão das inovações. É assim que as técnicas de todos os tipos vindas da China, da Índia e do Oriente Médio alcançarão, lentamente, a Europa. Na vida das sociedades da época, o encontro com outras organizações humanas foi, sem dúvida, percebido ao mesmo tempo como 1. Inútil – nada de comum entre "nós", (os de nossa comunidade), e "eles" (todos os outros) – e, 2. Perigoso – outros indivíduos sobre nosso território significa acréscimo de

¹ Tradução de trabalho de Jaime Tadeu Oliva. Capítulo 1 de *Le Tourmant Géographique: Penser l' espace pour lire le monde* (A Virada Geográfica: pensar o espaço para ler o mundo). Paris: Belin, 1999. p. 13-24.

² Professor de Geografia e Planejamento da École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça. Desde 1975 se dedica a renovação epistemológica da Geografia e sua afirmação como ciência social. Entre outras obras, destaca-se a direção compartilhada com Michel Lussault do magnífico *Dictionnaire de la Géographie et de espace des sociétés* publicado pela editora Belin de Paris.

dificuldades para assegurar nossa subsistência num universo no qual as quantidades de alimento variam em função da extensão da superfície desse território.

Nós nos encontramos, nesse momento, no apogeu de um modo de vida que se caracteriza por três traços principais: 1. A proximidade é muito procurada no interior dos pequenos grupos marcados por laços de solidariedade bem fortes que possuem uma divisão social, notadamente sexual, de trabalho muito rígida; 2. O afastamento é ao contrário requisito na escala superior em relação a outro grupo; 3. Por fim, a localização do povoamento se apóia na repartição dos objetos naturais: flora, fauna, elas próprias dependentes do clima e do relevo. Essas três características explicam um paradoxo aparente da história dos espaços humanos.

Uma sociedade funciona, com efeito, graças a uma multiplicidade de atos que implicam, ao menos, dois indivíduos, dito de outro modo: graças à interação entre seus membros. Essas interações exigem comunicação direta entre os indivíduos, indireta através dos objetos (materiais e ideais) ou de instituições que organizam em função de uma lógica específica, vastos dispositivos relacionais. Tudo isso exige **contato**. Não necessariamente um contato físico direto, quer dizer, tátil, mas sim uma interface sensorial (vocal, visual) permitindo uma troca de mensagens, igualitária ou hierarquizada. Esse contato supõe uma proximidade, uma anulação da distância. Isso pode aparecer, entretanto, como a antítese de toda a vida social. Ora, ao menos como ponto de partida, pode-se ver que a supressão da distância para a constituição de grupos estreitamente ligados é um aspecto concernente somente a experiência humana. O restante (na relação com o espaço de recursos e relações com outros grupos) é feito, sobretudo de dispersão e de postura esquiva.

Mede-se bem, desde então, a ligação muito forte existente entre a organização da sociedade e o estilo de seu espaço. No caso do Paleolítico, essas configurações aparecem como meio lógico de sobrevivência num meio ambiente parcimonioso que exige uma convivalidade restrita.

Durante alguns milhares de anos que se seguiram à revolução neolítica, as atividades que exigiam contato se desenvolveram, mas com limites que lembram

aqueles da fase precedente. A agricultura (que não elimina senão muito lentamente a pesca e a caça) permanece submissa a uma estreita relação com o espaço de solo explorável, com a *terra*. Essa [a agricultura] cessa pouco a pouco de ser natural, mas conserva uma característica decisiva: a produtividade agrícola permanece proporcional às superfícies cultivadas. Daí uma contradição entre o necessário reagrupamento para as trocas e a incontornável dispersão para a produção. As diferentes formas de *habitat* rural, da mais espalhada à mais concentrada, constituem variações em torno de uma contradição difícil de resolver.

O afastamento se encontra também, de maneira renovada, nas relações entre os humanos. De uma parte, a invenção da guerra e do Estado, que corresponde à grande hesitação histórica das civilizações entre a destruição e a produção, aumenta a complexidade dos contatos entre as sociedades: à postura do evitar sucedem-se as agressões, as conquistas, as colonizações. O império, como contato dissimétrico e imposto entre sociedades, caracteriza bem esse período. Entre os Estados de força comparável uma coabitação mais ou menos assumida se impõe, mas, como se vê na história da Europa, mesmo sem resultado significativo, os conflitos podem se reproduzir durante longos períodos, terminando por esterilizar as fronteiras, os mercados, os confins. "Virar as costas", tal é, por vezes, a menos má das soluções.

No interior das sociedades, a diferenciação de tarefas e a hierarquização dos *status* são acompanhadas, a partir da revolução industrial, por uma complexização das associações produtivas. Não são somente os trabalhadores domésticos que agora partilham a casa dos mestres: mais e mais, os coletivos de trabalho colocam em contato indivíduos cujo lugar não é o mesmo na sociedade. Contrariamente ao camponês que organizava sua vida cotidiana na autonomia das comunidades aldeãs, o operário tem constantemente "sobre às costas" o contramestre ou o engenheiro. O fenômeno tomou recentemente uma nova amplitude com o aumento considerável de competências para o trabalho. A vida das empresas supõe uma cooperação permanente ao mesmo tempo intensa e frequentemente horizontal. Isso se traduz por uma "desierarquização" dos postos e mesmo da arquitetura interior das fábricas

e dos escritórios. O que começa a funcionar no lugar de trabalho não se traduz, entretanto, mecanicamente nos *habitats*. Nesse domínio, a dinâmica da hierarquia e da igualdade joga um papel decisivo até hoje: seja procurando reencontrar na vizinhança uma sociedade em modelo reduzido, seja ao contrário, buscando-se uma homogeneidade que supõe colocar à distância aquilo que é julgado inferior, ou mesmo simplesmente diferente.

Enfim, desde alguns séculos ou alguns decênios, a emergência do indivíduo como ator social redefine o papel das diferentes escalas. Cada um doravante, em todas as sociedades ocidentais e cada vez mais, mais além, reivindica uma intimidade, que não seja ultrapassada em certos momentos e em certos lugares. Daí a característica particular da moradia, que, seja qual for a concepção que se tem da cidade, permanece como o lugar de afastamento puro e duro. Daí igualmente o caráter mais e mais sagrado da “zona tampão”³, esse invólucro invisível, de tamanho variável conforme as sociedades e contextos, que cerca cada pessoa e na qual se é proibido de ingressar sem ter sido convidado. As zonas tampão-zero ou negativas⁴, as condições de promiscuidade aceitas pelos loucos ou no interior de grupos fechados (familiais, étnicos, sexuais...) tendem a desaparecer, a não ser que o indivíduo queira manter. O coração de toda socialização é, e será minha capacidade de me espacializar *sem*, e se necessário, *contra* os outros. Assim chegou-se a uma inversão completa da situação inicial, a saber: o contato era a regra no seio de um pequeno grupo e o afastamento era a regra em escalas e contextos mais largos. Agora, a gestão autônoma do afastamento *interindividual* e os contatos que se multiplicam sem cessar numa sociedade cada vez mais alargada, são as relações que se impõem.

Essa curta apresentação histórica, mesmo tão sucinta, mostra a posição central do espaço na vida dos homens. A explicação se encontra, pode-se ver, na dura

³ Ver a esse respeito Edward T. Hall. *La Dimension cachée*. Paris: Éditions du Seuil, 1971 et Abraham A. Moles; Elisabeth Rohmer. *Psychologie de l'espace*. Tournai: Casterman, 1978.

⁴ As distâncias negativas entre indivíduos permanecem necessárias até o presente, de tempos em tempos, para assegurar a reprodução biológica da sociedade. Mesmo se esta obrigação tende a se desfazer, não parece que nossos contemporâneos estejam prontos de se privar das dimensões afetivas e cognitivas desse tipo de interação.

contradição existente entre distância e sociabilização.⁵ Se a distância não existisse, se a ubiquidade fosse adquirida ou se, ao contrário, a fragmentação geral não colocasse problema algum, o espaço seria um tema de estudos para a física, não para as ciências sociais. O contato não teria objeto, o afastamento perderia toda a significação ou seria universal. O fato é que não é esse o caso e nós devemos gerir essa “insociável espacialidade” – para subverter uma fórmula de Kant.⁶

A insociável espacialidade

O que é impressionante é que, desde a Antiguidade, os meios de ação das sociedades face à distância apresentam, a princípio, certa estabilidade. Para articular dois objetos sociais *A* e *B*, isso vem sendo feito, seja deslocando materialmente *A* em direção a *B* (mobilidade, transporte), seja se contentando em se fazer circular a informação de *A* em direção a *B* (telecomunicação), seja enfim posicionando *A* e *B* em contato direto, de maneira a eliminar a distância criando um lugar (copresença). Contrariamente ao que se poderia pensar, esses três métodos foram inventados, mais ou menos, no mesmo momento. **Os transportes terrestres, o correio e a cidade constituem os exemplos ao mesmo tempo antigos e sempre atuais dessas respostas. A história do espaço deve ser principalmente lida como uma combinação variável desses três elementos.** O que muda, são as realidades sociais que se espacializam, segundo uma adequação mais ou menos próxima de suas lógicas associadas às técnicas, elas também dinâmicas.

A urbanização contemporânea ilustra bem essa dinâmica. Muitos podem pensar que a cidade não resistirá aos assaltos conjugados do automóvel e do par telefone/computador. E é o inverso que se produz: se descarregando das tarefas mais elementares, os deslocamentos materiais e as telecomunicações sublinharam e reforçaram a vantagem comparativa do urbano em matéria de relações face-à-face,

⁵ Cf. Jacques Lévy. *L'Espèce légitime*. Paris: Presses de Sciences Pó, 1994, pp.27-86.

⁶ Immanuel Kant. *Idée d'une histoire universelle au point de vue cosmopolitique (1784)* In. E. Kant. *Opuscles sur l'histoire*. Paris: GF-Flammarion, 1990. No modo de ver kantiano, a “insociável sociabilidade”, que exprime uma discordância entre lógicas individuais e o destino comum – entre o social e o societal, diríamos hoje em dia -, é comparável àquela que existe, no seio da matéria física, entre forças de atração e de repulsão. O espaço está aqui presente, portanto, na forma de uma metáfora.

dos encontros aleatórios e das configurações produtivas complexas. A cidade oferece, com efeito, ao mesmo tempo a segurança da densidade (vastos mercados, capacidade de substituição dos indivíduos e de funções) e a potência da diversidade (possibilidade de sair de um quadro estável). De onde sua força quando se liberam atividades não programáveis, de invenção e de criação. Com a inovação na produção não cessando de aumentar em relação aos processos repetitivos, pouco a pouco atribuídos às máquinas, é lógico que a cidade tenha seu papel reavaliado.

De fato, as cidades absorveram pouco a pouco o conjunto da população e, no interior dos sistemas urbanos, os maiores, as metrópoles, se reforçam. Entretanto, o que é conveniente chamar de metropolização⁷ não consiste num processo similar a urbanização dos períodos precedentes. A possibilidade de percorrer maiores distâncias quilométricas no mesmo tempo anterior, ou de recorrer ao transporte de informações mudou largamente o estilo geográfico das cidades: territórios consideravelmente espalhados, com densidades mais frágeis; desenvolvimento em rede, com descontinuidades mais ou menos nítidas na trama urbana. A extensão dos centros antigos, a criação de novas centralidades por meio da densificação do subúrbio próximo ou pelo crescimento autônomo das cidades vizinhas – que eram, sem dúvida, as formas mais eficazes de viver essa metropolização – foram ultrapassadas, com frequência, por outros arranjos, como a *paraurbanização* ou a *periurbanização*, no interior dos quais, respectivamente, diminui-se a diversidade (tecnopólos, zonas de atividades ligadas aos aeroportos e as rodovias) ou a densidade (subúrbios residenciais – casa e jardim – retirados). Enfim, a emergência das redes telemáticas interativas que permitem a transmissão de textos e de imagens, dará sem dúvida ocasião a uma nova divisão do trabalho entre o contato direto e presença virtual. Não mais que outras inovações, essa não trará mecanicamente o eclipse da cidade. Bem ao contrário, sem dúvida: a importância da escala local no fluxo da *internet* mostra que há uma orientação sem dúvida em direção a um estilo

⁷ Ver notadamente François Ascher. *Métapolis ou l'avenir des villes*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1995; Jean-Philippe Leresche, Dominique Joye, Michel Bassand (dir.) *Métropolizations. Interdépendances mondiales et implications lémaniques*. Genève: Georg, 1995.

cyberurbano que combinará as vantagens da telecomunicação e da copresença no interior de um arquipélago planetário de territórios metropolitanos.

Os lugares e as ligações

Compreende-se bem, então, que a dinâmica do espaço não pode se reduzir a uma equação técnica. Na França dos anos 1970-1990, a escolha operada por uma parte importante das camadas médias e populares de um modelo centrado sobre a propriedade de uma casa *unifamiliar* circundada por um pequeno jardim e fortemente associada ao uso do automóvel remete a evoluções mais precoces observadas nos Estados Unidos e depois na Grã-Bretanha. Essas inflexões respondem, mais ou menos, a idéia que o desabrochar individual é antinômico à vida na cidade, com o que ela supõe de diversidade de funções e de mistura social. Quando alguns grupos sociais puderam aceder a uma melhor solvabilidade de suas escolhas de *habitat*, eles optaram nesses países, sobretudo, pelo afastamento, quer dizer por uma sociabilidade que faça menos apelo, em aparência ao menos, à ligação do indivíduo com o conjunto da sociedade. Se se compara essa evolução àquela dos países onde a *periurbanização* não foi tão intensa (Alemanha, Europa do Sul), percebe-se melhor o fenômeno especificamente francês: frágil cultura urbana, gestão municipal reforçando as disparidades de *habitat*, má adaptação das moradias sociais às novas demandas dos residentes. É em nome do “quadro de vida”, da “qualidade de vida” que os periurbanos migram em direção à periferia enquanto esse mesmo gesto, massivamente repetido, tem por consequência direta impedir a extensão ou a multiplicação de centros, frear a dinâmica dos transportes coletivos e acrescentar congestionamento e poluição nos centros antigos. As atitudes que combatem o que eles denunciam, estão na origem dos novos males urbanos.

A cidade é, portanto uma configuração geográfica frágil. Basta, por exemplo, que se queira “adaptar o automóvel”, como dizia Georges Pompidou, para engendrar catástrofes. Por quê? Por causa da espacialidade própria do veículo individual. Aqui

se apresenta, com efeito, um espantoso paradoxo: suas vantagens são também seus perigos.

Meio de transporte não submetido a uma rota, capaz de circular sobre um vasto leque de caminhos, o automóvel se apropriou facilmente do sistema viário primário, aquele das ruas e das rodovias. O mesmo dispositivo técnico – um veículo – pode praticar todas as escalas sem modificação. Os veículos individuais permitem os deslocamentos porta-a-porta, percorrendo distâncias de várias centenas de quilômetros dentro de condições de conforto convenientes. Mas, para que essas vantagens comparativas se realizem, é preciso que o automóvel seja efetivamente individualizado, de onde uma motorização tendencial igual ao número de habitantes em idade de dirigir, como se vê nos Estados Unidos. Compreende-se, então, que não se pode aqui ter solução satisfatória unicamente através da construção de infraestruturas reputadas discretas, subterrâneas, por exemplo, como demandam com constância os “lobbies rodoviários”. O automóvel não supera os transportes coletivos se ele não puder percorrer toda a cadeia de deslocamentos: ou ele permanece na garagem, ou, inelutavelmente, ele sai do túnel para ocupar a rua. Não há meio termo.

Nessas condições, os veículos individuais geram, para sua circulação e seu estacionamento, um espaço muito presente⁸ e com muita pregnância⁹, que entra em contradição com o espaço da cidade, notadamente sobre um ponto essencial: a densidade. Isso se passa de maneira cumulativa (retroação positiva): primeiro os espaços do automóvel tomam o lugar de uma parte das empresas no térreo e no subsolo dos edifícios e de outras formas de circulação, daí um primeiro ataque à concentração; desse fato resulta baixa a rentabilidade dos transportes em comum e, o automóvel torna-se o único responsável pela mobilidade; isso traz novos obstáculos à densidade. Como se pode observar nas cidades de crescimento mais recente no sudoeste dos Estados Unidos, a opção pelo automóvel tem

⁸ Ver Gabriel Dupuy. *Les territoires de l'automobile*. Paris : Economica, 1995. (Coleção « Anthropos/Villes ». Ver também, a propósito dos Estados Unidos, Jane Holtz Kay. *Asphalt Nation*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1997.

⁹ Mercado, implícita e fortemente, por um uso, pelo uso do automóvel no caso.

inevitavelmente por efeito mudar a forma urbana, impondo um afastamento e uma especialização de centros – o que é bem diferente das centralidades *policéfalas* tais como se pode encontrar na Holanda, na Alemanha ou na Itália do Norte. Se você tirar da cidade sua densidade, você a impede de ser plenamente urbana, porque você renuncia, ao menos parcialmente, à copresença. A diversidade vai se encontrar também fora de alcance porque será preciso percorrer cada vez mais longas distâncias para vincular as atividades ou populações diferentes.

A decisão pelo automóvel tende, portanto, a introduzir a lógica do afastamento no coração de seu contrário, que é a cidade. Como, então, não ser alertado para constatar (verificar) que outras tendências à fragmentação se manifestam nas mesmas aglomerações? A cidade norte-americana é aquela em que se encontra também, a separação radical entre moradia e emprego, a segregação entre grupos sociais e étnicos, ambas particularmente crescentes. Desse ponto de vista, seriam, talvez, as cidades sul-africanas, profundamente modeladas pela lógica do *apartheid*, que representariam o tipo-ideal. Guetos de negros, fortalezas de brancos, *CBD*¹⁰, rodovias urbanas. Isso que atingia (atinge ainda) todo o conjunto é certa concepção de sociedade: não se misturar, não misturar “as espécies”. Percebe-se, então, a que ponto a escala é decisiva: ao nível do indivíduo, dos movimentos de seu corpo e do espaço protegido da moradia, o afastamento significa a libertação, a autonomia. Na escala seguinte, que inclui um espaço público, mesmo que rudimentar, o afastamento é a rejeição e o recuo em relação ao outro. É de fato esse limite que nos faz passar do íntimo para o “extimo” que é fundamental.

Desse ponto de vista, a cidade europeia aparece como portadora de uma mensagem original. Na cidade árabe, o indivíduo é bloqueado por constrangimentos comunitários que associam a casa e a rua numa divisão global do espaço entre grupos definidos por atividades, pelo sexo e pela idade. Na América do Norte, salvo na costa leste e em São Francisco, a fragilidade das práticas (métricas) pedestres

¹⁰ *Central Business District*: centro de negócios das cidades norte-americanas, caracterizado por imóveis de grande altura situados num perímetro restrito que exclui quase que totalmente a função de habitação.

marca pesadamente as oposições entre o interior e o exterior. Na Europa, por diversas configurações semi-públicas (os centros comerciais, os transportes coletivos...) ou semi-privadas (os cafés, os mercados...), as sociedades urbanas souberam cultivar um fora/dentro sofisticado que torna possível múltiplas relações entre indivíduos fortes e uma vida coletiva aberta. Trata-se, portanto, para quem deseja a construção de um projeto social consistente, de um bem precioso.

O espaço como figura de justiça

Viu-se a propósito da cidade: se nós assumimos e respeitamos uma pluralidade de escalas e métricas, nós evitamos brutalizar (afetar) a *diversidade espacial*, componente sempre muito presente da diversidade social. Paralelamente, a relação equitativa entre esses espaços, diferentes por seu tamanho e seu estilo, se revela ser uma condição do viver-junto (viver-conjunto). Reencontra-se aqui a tensão diferença/igualdade a partir da qual John Rawls construiu seu conceito de justiça¹¹. A partir disso, pode-se raciocinar em duas direções.

A mais evidente é diretamente política. Uma sociedade política é um sistema de proximidades justificado por um querer-estar-junto. A comunicação de todos como todos introduz logicamente uma limitação das distâncias enquanto que a divisão do trabalho diversifica as posições e os fluxos. O debate político consiste em definir um equilíbrio entre essas duas tendências. O que se denomina planejamento é a expressão da resposta dada num momento dado pela sociedade. Lembremos somente que essa resposta não passa forçosamente pela uniformidade – julgada “harmoniosa” para alguns – das localizações. A cidade se opõe, por definição, à equi-repartição dos bens e, por isso mesmo, constitui um novo bem útil da sociedade. O “direito à cidade” – e não somente aos diferentes elementos que lhe dão forma – torna-se então uma aposta da partilha social. Notemos ainda que uma sociedade pode existir em várias escalas, do local ao mundial. A equidade pode ser perseguida simultaneamente por todos os homens vivos sobre o planeta (por exemplo,

¹¹ John Rawls. *Théorie de la justice*. Paris : Éditions du Seuil. 1987.

coordenando os meios de luta contra a epidemia de Aids) como por apenas os habitantes de uma cidade ou uma pequena região (por exemplo, instalando centros de detecção do HIV acessível a todos). Não há nenhum obstáculo de princípio para que a justiça espacial seja pensada e pesquisada, ao mesmo tempo, nas várias áreas encaixadas (umas nas outras) de um indivíduo, cidadão de escalas variadas. Daí a importância da dimensão federal (da ação), cujo tabu no seu tratamento merece ser realçado na vida política francesa.

A outra dimensão é mais sutil: ela se desdobra nos interstícios do espaço político. Para existir, a política impõe um território fechado e estável, afim de que o *soberano* (o povo) seja também o *sujeito* (a população) ao qual as decisões se apliquem. Quando um povo toma decisões para uma população diferente, muito pequena ou muito grande ou totalmente distinta, a "república" cede lugar ao "império". Mas nossas relações com o espaço não se reduzem a essa territorialidade do político feita de "países" justapostos e encaixados. Viu-se: os contatos e os afastamentos dos indivíduos não são um modelo reduzido daqueles da sociedade política tomada como um todo. Nós podemos pertencer a vários desses conjuntos, mas nós não somos mais que cidadãos. Nós temos origens ou laços, nós temos amigos e amores, nós viajamos de mil maneiras, reais ou virtuais, nós conhecemos e nós apreciamos a diversidade do mundo. Nós inventamos nossa espacialidade singular, e isso, tanto mais, se nós tivermos os meios culturais e materiais. Em todo caso nossa relação prática e mental com os lugares e com as áreas não se deixa facilmente prender nos marcos do [espaço] político, mesmo o mais democrático. Nossos espaços ultrapassam ou se aninham, eles opõem a fluidez à nitidez, o efêmero ao permanente, a rede ao território.

No tempo das comunidades, dos impérios e das massas, a geografia parecia fácil. No tempo dos atores, o espaço apresenta uma complexidade de um gênero novo. É um espelho da complexidade do social, mais é também a sua própria complexidade: "construção europeia", "mundialização", "deslocalizações", "imigração", "turismo de massa", "pandemia", "ajuda aos países em

desenvolvimento”, “cosmopolitismo”, “medo do estrangeiro”, “descentralização”, “democracia local”, “metropolização”, “política da cidade”: os grandes problemas de hoje em dia são sempre também, e doravante, talvez, *em primeiro lugar*, problemas geográficos. A obrigação angustiante de se definir livremente as novas identidades nos engaja nos jogos de contato e de afastamento inéditos onde nós devemos, sob múltiplos constrangimentos, fixar as regras. E mais ainda: nós sentimos confusamente que as mudanças em curso não estão endossadas de uma vez por todas. Pode-se imaginar que nosso espaço, aquele que os homens fabricam, cesse de se dilatar e de se animar sobre esse planeta lento e minúsculo?

Uma virada geográfica?

Na sua apresentação do dossiê “Novas geografias”¹², Marcel Gauchet declara: “Nós assistimos a uma virada ‘geográfica’ difusa nas ciências sociais”.¹³ Esse livro¹⁴ tenta considerar essa apreciação, que será declinada em três proposições.

1. A geografia contemporânea está em vias de construir um novo paradigma, um novo edifício epistemológico relativamente unificado no seio do qual o pluralismo teórico se desdobra.

2. Por consequência, a geografia desperta mais interesse em torno dela. Os trabalhos de economistas, dos sociólogos, dos politicólogos sublinham a importância da dimensão espacial dos objetos que eles estudam. Também citam as pesquisas conexas de geógrafos, que permanecem limitadas¹⁵, mas que são incontestavelmente mais numerosas que a duas ou três décadas atrás. A característica “difusa” dessa “virada” sofre ao mesmo tempo com a posição globalmente marginal da geografia no campo das ciências sociais e com a difusão lenta de toda inflexão epistemológica: de *linguistic turn* - uma tomada de consciência da centralidade dos fatos da

¹² *Le Débat*, no 92, novembro-dezembro 1996, dossiê “*Nouvelles géographies*”, pp. 42-125.

¹³ *Ibid.*, p. 42.

¹⁴ De onde se extraiu esse texto (*nota do tradutor*).

¹⁵ Ver a esse respeito Rémy Knafou (dir.). *L'État de la géographie. Autoscopie d'une science*. Paris: Belin, coll. “Mappemonde”, 1997.

linguagem na ação humana – não levou trinta anos para tocar o mundo intelectual francês?

3. Mais genericamente, a dimensão espacial do estudo das sociedades assume um lugar crescente na abordagem das várias disciplinas e também nas contribuições interdisciplinares às teorias gerais do social. Citemos um só exemplo, significativo para esses três aspectos. Na obra coletiva dirigida por Marie-Claude Smouts consagrada às relações internacionais¹⁶, o primeiro capítulo da segunda parte, “Les nouvelles visions du monde”, trata da “transformação espacial das relações internacionais”¹⁷; a autora do texto, Karoline Postel-Vinay, não se contenta em citar abundantemente um certo número de geógrafos franceses e anglo-saxões; ela utiliza os pares conceituais lugar/área, território/rede e dá conta dos debates conceituais sobre as escalas pertinentes para pensar e recortar mundo.

Essa bem-vinda novidade dos pesquisadores em ciências sociais e, além disso, de seus utilizadores, os diversos “engenheiros” do social, coloca fim aos decênios de isolamento desejado ou que submeteu a geografia. Os geógrafos colhem assim os dividendos de um longo percurso crítico, iniciado nos anos 1960 na Grã-Bretanha, na Suécia e nos Estados Unidos e, visível na França desde o começo dos anos 1970¹⁸. Em um sentido, pode-se dizer que chega ao fim a maldição que pesou sobre a geografia a partir de uma orientação funesta, dada na França por Paul Vidal de La Blache e largamente seguida em outros países. No momento preciso de sua entrada no mundo da universidade e da pesquisa, no final do século XIX, a geografia partiu com o pé esquerdo se embaralhando voluntariamente com os usos escolares e cívicos de seu discurso e se desligando *ipso facto*¹⁹ de disciplinas mais livres. Se, hoje, essa *entrada falha em cena* deixa o lugar, sem muitas sequelas, no quadro que se segue,

¹⁶ Marie-Claude Smouts (dir.). *Les nouvelles relations internationales. Pratiques et théories*. Paris : Presses de Sciences Po, 1998.

¹⁷ *Ibid.*, pp. 163-181.

¹⁸ No Brasil, esse percurso crítico inicia-se no final dos anos 1970, com o retorno ao país do geógrafo Milton Santos (nota do tradutor).

¹⁹ Pelo mesmo fato (nota do tradutor).

os atores-geógrafos se encontram investidos de responsabilidades mais pesadas. Esperam-se suas mensagens. O que eles irão *dizer*? O que eles vão *procurar* dizer?

Quando se fala de um coletivo como a "comunidade geográfica", é comum insistir-se mais sobre sua unidade do que sobre sua fragmentação. Questão de ponto de vista... mas também de fundo. Vê-se mal como um grupo que fixa explicitamente como finalidade fazer progredir o conhecimento, portanto de se afastar com o máximo de eficácia possível das representações preexistentes de seu objeto, pode se acomodar no monolitismo. Que os geógrafos não estejam de acordo sobre tudo não significa evidentemente, como gostariam de nos convencer alguns professores de história fatigados de inovações e de nossos debates, que a geografia esteja "em crise".

Num mundo acadêmico com menos mandarinato, a dicotomia entre "ciência normal" e "ciência revolucionária" foi atenuada desde sua explicitação por Thomas Kuhn²⁰. Se tudo correr bem – e, reconheçamos que nós estamos bastante longe desse ideal –, a "revolução", quer dizer o ato de questionar as maneiras de pensar, constituirá o regime de cruzeiro ("normal") das organizações científicas. Se se aceita essa utopia como uma ficção útil, pode-se admitir que a pesquisa de um paradigma unificador não consiste na busca de algo que se consolide, que se fixe. As coletividades científicas não têm a vocação de ser "democráticas", pois elas não constituem sociedades, mas sim estruturas produzindo certo tipo de serviço à sociedade. É a produtividade desse serviço que a sociedade, que, de uma maneira ou de outra, "a compra", deve promover. Se as instituições se irradiam a partir do centro, a invenção procede da margem e o primeiro dever das instituições científicas é de autolimitar sua ação "repressiva" visando preservar a emergência, não programável e não localizável *a priori*, da inovação.²¹ Além de reagrupamentos profissionais (bem alargados, quanto for possível), úteis à afirmação de uma corporação face ao mundo

²⁰ Thomas Kuhn. *A Estrutura das revoluções científicas*.

²¹ Ver a esse respeito Mattei Dogan, Robert Pahre. *L'Innovation dans les sciences sociales. La marginalité créatrice*. Paris : PUF, coll. «Sociologies», 1991; sur le cas de l'histoire et de la géographie, *Espaces Temps* « Histoire/géographie 1. L'arrangement, 2. Les promesses du désordre », no 66-67, 68-69-70, 1998 e notadamente o artigo de Patrick Garcia, « Invitation au débat... », *Espaces Temps* no 68-69-70, pp. 210-224.

exterior, o progresso do conhecimento destaca outras lógicas: sobretudo das minorias mais que as maiorias, sobretudo de uma descoberta *a posteriori* do que um voluntarismo aglutinador, sobretudo da “marginalidade criativa” do que de normas antigamente reconhecidas, sobretudo da auto-organização do que da programação. Isso é verdade nos percursos individuais, no trabalho em equipe, mas também há a tendência a se reconhecer isso numa “comuna epistêmica” de um largo círculo de pesquisadores.

Quando eu digo, é o sentido desse trabalho, que existe um *movimento* da geografia em direção a um novo paradigma – uma nova maneira de organizar a reflexão e o trabalho – eu estou bem consciente que o conteúdo desse paradigma e a idéia mesma de convergência estão em debate e que é bom que assim seja. Contrariamente à vida política, que propõe métodos para unificar a sociedade e evitar assim que os conflitos que a agitam não a degenerem, a reunião de coletivos de pesquisadores não é senão uma maneira entre outras de organizar controvérsias, com o objetivo de argumentar, eventualmente de convencer e, se possível, de ultrapassar os problemas colocados... para organizar, no mesmo movimento, novas controvérsias. A idéia de compromisso é preciosa em política, perversa na produção de conhecimentos.

Esse livro, não é, portanto, um retrato da geografia. Na sua prolongação ele procura somente mostrar as coerências possíveis, uma orientação comum, mesma se ela permanece em parte virtual, por vezes balanço das pesquisas efetuadas, por vezes projeto para os trabalhos a serem feitos. O importante está na abertura dos possíveis: mostrar como, com as ferramentas da geografia, pode-se ter como perspectiva compreender melhor o funcionamento das sociedades.